

Editorial

O capital que pague

Sejamos claros: é a classe operária que sofre em primeiro lugar, e acima de todas as outras, o desgaste da crise. Basta ver as notícias e os números dos despedimentos. E o grosso dos apoios do Estado exclui precisamente os que mais sofrem com a situação.

Não é de espantar: para os capitalistas, sair da crise é forçar os assalariados a produzirem mais valor por cada euro de capital investido. Ignorar isto é ignorar tudo.

Apelos vagos à defesa “das pessoas” ou a “outra política” estão longe de evidenciar o conflito fundamental de interesses que a crise traz à superfície; e, por isso, não traçam uma linha que ponha de um lado as necessidades da classe operária, e do outro as ambições do capital. Ora, sobretudo nas actuais condições, defender os interesses económicos e sociais da classe operária significará um ganho para todas as demais classes trabalhadoras – mas a inversa não é verdadeira.

Posta a questão neste pé, há duas necessidades vitais, imediatas, do operariado que são de defesa obrigatória: o emprego e o nível de vida. E as medidas para isso são óbvias: Suspender os despedimentos. Reduzir o horário de trabalho sem baixar os salários, criando mais empregos, incluindo emprego público de utilidade social.

Aumentar o poder de compra, reduzindo o leque salarial, subindo os salários e reformas mais baixos. Destinar o dinheiro do Estado para apoiar o emprego e a produção.

Há quem veja nisto “irrealismo”. Mas irrealismo é acreditar que se possa defender as necessidades de quem trabalha sem atacar os ganhos do capital. E porque se trata de atacar os ganhos do capital, sabemos que tais medidas só se tornarão efectivas se um forte movimento dos trabalhadores as impuser.

MUDAR DEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50€

Janeiro-Fevereiro 2009 / número 13

Crise. Operários são as principais vítimas

A maior parte dos trabalhadores que estão a ficar sem emprego são operários. E não são apenas os de fraca qualificação, mas também em grande parte os mais qualificados e dos sectores com maior produtividade. Só numa dezena e meia de empresas faladas nos últimos dias contam-se perto de 5 mil trabalhadores, na maioria operários fabris, que foram despedidos ou estão em risco de desemprego.

Os patrões exercem chantagem sobre o governo para obterem subsídios e facilidades. Mas não é isso que está a travar os despedimentos; pelo contrário, há capitalistas a afirmar abertamente que despedem porque querem. O patrão do grupo farmacêutico Seber despediu 120 trabalhadores e disse, alto e bom som: “Estou a usar da faculdade que tenho de criar empresas e de acabar com elas quando bem entender”.

Página 3



A tragédia do povo palestino

Israel não atingiu os objectivos que pretendia quanto ao Hamas. Os seus verdadeiros objectivos foram semear medo. Uma pacificação obtida desta forma não será duradoura e terá efeitos perversos terríveis. A única esperança de uma saída é o fim da ocupação, a unidade palestina, a negociação com todas as forças representativas do Povo Palestino e a criação de um Estado Palestino.

Entrevista com Alan Stoleroff, páginas centrais

A invasão de Gaza reproduz procedimentos bem conhecidos noutros genocídios do passado. Em 2002 o exército israelita distribuiu aos seus quadros o relatório do general das SS que comandou a destruição do gueto de Varsóvia. Em Fevereiro de 2008, o vice-ministro da Defesa israelita avisou que Israel iria fazer cair sobre Gaza um verdadeiro “Holocausto”. E está a cumprir a ameaça.

Artigo de António Louçã, página 9

À volta de Marx e da teoria do valor

O leitor Manuel Batista, a propósito do artigo de Pedro Goulart, "Keynes ou Marx" (MV 12), contesta a teoria do valor formulada por Marx. A nossa réplica defende que os conceitos marxistas permitem compreender a crise actual do capitalismo.



Contra

Marx, no plano da teoria económica está completamente posto em causa (...). [A teoria do valor de Marx] associa o capital ao trabalho, sendo o valor desse mesmo trabalho incorporado na mercadoria, sendo transformado o trabalho «vivo» em trabalho «morto». O capital (...) seria ao fim e ao cabo um resultante de trabalho acumulado (...).

Isto parecia assim nos tempos de Marx (...), pois a quantidade de especulação em bolsa não era produtora das enormes massas de capital que existem hoje.

Por muito grandes que fossem, já no tempo de Marx, as operações de especulação, elas não eram senão um fenómeno marginal.

O dinheiro guardava uma relação sólida com algo material, o padrão ouro. Logo a seguir à 2.ª guerra mundial, (...) o padrão ouro começou a ser posto em causa. Nixon, em 72, acabou por dar-lhe a machadada final, decretando o fim da convertibilidade dos dólares em ouro. A partir daqui, (...) deu-se uma desregulação, que levou a que se criasse e avolumasse uma massa monetária, a qual é (...) predominantemente «electrónica» (ou seja, são dígitos que estão em contas bancárias).

Com o advento do neo-liberalismo, desapareceram não apenas as barreiras para a circulação de

capitais, como também as barreiras para a própria fabricação de dinheiro. Quando um banco concede um empréstimo a um cliente, está a fabricar dinheiro. O banco central que superintende este banco deverá controlar o processo (...) de tal maneira que exista uma garantia de que o banco que empresta tenha efectivamente ido buscar o dinheiro a algum lado. Mas, na prática, não tem sido assim e a massa monetária (...) tem vindo a avolumar-se.

Esta quantidade de capital financeiro (que não corresponde a verdadeiro valor) atingiu hoje em dia a astronómica quantia de 30 vezes tudo aquilo que exista potencial ou realmente em condições de ser adquirido. (...) O capital, deixa assim de ter qualquer relação com um valor, com um trabalho incorporado, que ele simbolizaria. Então, o capitalismo é apenas a manutenção desse dinheiro/valor fictício nas mãos de uns poucos (...) para exercer o poder, vergando aqueles que não tenham acesso a ele. Neste capitalismo, os que controlam os bancos estão no topo da pirâmide de poder.

A abolição do dinheiro, hoje, seria tanto mais realizável quanto ele está realmente na base de todas as injustiças, violências, opressões.

Manuel Baptista

A favor

Ciclicamente, a teoria do valor de Marx é declarada falida. Nada de novo, quanto a isso, no comentário de Manuel Baptista. Os argumentos, porém, não convencem, podendo ver-se neles próprios a inconsistência da crítica.

MB diz que, hoje, há 30 vezes mais dinheiro do que aquilo que pode ser comprado, e que "o capital financeiro não corresponde a verdadeiro valor". Reconhece, assim, a existência de um *valor real* correspondente à riqueza produzida e de um *valor fictício* correspondente ao montão de capital financeiro em circulação. Ora, o que distingue a primeira dessas parcelas da segunda senão o trabalho humano incorporado no que foi produzido? No caso, de nada interessa que o crédito seja 30 ou mil vezes superior à riqueza efectiva existente – interessa a diferença qualitativa entre uma coisa e outra.

Não é, tão pouco, a relação do dinheiro com o padrão ouro que dá ao dinheiro um valor mais "sólido" – é sim a proporção entre o dinheiro em circulação (moeda ou crédito) e as mercadorias que esse dinheiro se destina a comprar. Se, como refere MB, os bancos centrais visam controlar a emissão desse dinheiro é justamente para tentar evitar que a relação dinheiro/mercadorias atinja uma desproporção desastrosa. Mas, então, tem de se reconhecer que não é o dinheiro que dá valor às mercadorias, e sim o valor destas que dá sentido útil ao dinheiro, como intermediário das trocas.

O que determina então o valor das ditas mercadorias? Se não é o dinheiro, se não é o acto de troca – será a parcela de trabalho humano que incorporam no processo de produção.

Portanto, contra o que diz MB, o

capital não perde a relação com o valor do trabalho incorporado na produção pelo facto de o crédito aumentar de volume. O crédito apenas faz crescer a parcela de capital fictício (aquele que não encontra possibilidade de valorização através da produção). A actual crise é a demonstração prática disso mesmo: chegou aquele momento, no ciclo dos negócios capitalistas, em que o capital fictício (pelo menos parte dele) tem de ser eliminado para permitir novo ciclo de valorização do capital remanescente. É o que está a dar-se pela queda das bolsas, pela desvalorização dos capitais das empresas, etc. Se aquela relação não existisse não haveria limite ao crescimento do crédito e todo o capital se poderia valorizar continuamente e por igual.

Muito mais do que um sistema de "manutenção do dinheiro nas mãos de uns poucos", como afirma MB, o capitalismo é um sistema de relações sociais. A sua chave é a produção de valor através do trabalho assalariado. O dinheiro existe porque, na base do sistema, existe esta relação mercantil. É, portanto, a relação social capitalista, e não o dinheiro por si, que está na origem das injustiças de que fala MB. O feitiço que MB atribui ao dinheiro – que lhe daria a capacidade de manter de pé toda a sociedade capitalista – inverte a ordem real das coisas. Na verdade, o sinal de partida para o fim da sociedade capitalista não será a abolição do dinheiro; será, inversamente, a abolição da relação social capitalista a condição para eliminar as relações mercantis e, portanto, o dinheiro. Porque, lá está, a produção de valores de troca deixará então de ser o sustentáculo da organização social.

Manuel Raposo

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart
Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, Francisco Raposo, François Pechereau, Manuel Monteiro, Rita Moura, Urbano de Campos
Site David Raposo
Contactos
 Rua João Ortigão Ramos, 19-4.ªA
 1500-362 Lisboa
 jornalmudardevida@gmail.com
 www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números (um ano)
 Donativo mínimo, €15
 Apoio, o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (> Assinaturas): indique nome, morada, código postal e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionar "Outras Operações" e "Transferências"), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Para sabermos de quem vem o contributo envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

Aos leitores

Este número do MV tem a data Janeiro-Febrero para repor a publicação no início de cada mês.

A partir de agora, serão editados 10 números do MV por ano (um por mês, excepto Agosto e Dezembro).

O preço das assinaturas manter-se-á nos 15 €, mas para 10 números.

Pedimos que renovem as vossas assinaturas e angariem mais assinantes entre amigos e familiares. O MV depende do vosso apoio.

A crise, e os pretextos da crise

A parte substancial dos despedimentos atinge a classe operária

A parte mais significativa dos trabalhadores que estão a ficar sem emprego não são “classe média”, mas sim operários. Nem são apenas trabalhadores de fraca qualificação, como alguns pretendem, mas também em grande parte trabalhadores qualificados.

Na dezena e meia de casos que abaixo apontamos, todos recentes, entre 4 500 e 5 000 trabalhadores, na maioria operários fabris, foram ou estão em risco de desemprego.

Além das consequências da crise em si, os patrões estão a aproveitar para exercerem chantagem sobre o Governo, no sentido de lhes serem concedidos subsídios e facilidades. Mas não é isso que está a travar os despedimentos; pelo contrário, à sombra da crise até já há capitalistas a afirmar abertamente que despedem porque querem. Foi o caso do patrão do grupo farmacêutico Seber que, ao proceder ao despedimento colectivo de 120 trabalhadores, declarou, alto e bom som: “Estou a usar da faculdade que tenho de criar empresas e de acabar com elas quando bem entender”. A facilitação dos despedimentos vai originar ainda mais umas dezenas de milhares de desempregados. De resto, o próprio Governo corrigiu para cima as previsões de desemprego para este ano, apontando uma taxa de 8,5% (mais um ponto do que dissera há uns meses) e um valor idêntico para o ano que vem.

Diante das medidas aplicadas pelo patronato e pelo Governo contra os trabalhadores, uma fraca resistência ou algum conformismo entre os explorados só poderão contribuir para que o capitalismo ultrapasse a crise à custa dos que trabalham, impondo-lhes fortes sacrifícios.

Vejam-se alguns exemplos do que vai pelo país, neste início de 2009.

Pedro Goulart

Tyco Electronics

Em Dezembro de 2008, a administração da multinacional Tyco Electronics, fábrica (em Évora) de componentes para a indústria automóvel, decidiu parar duas semanas. A atitude da administração da fábrica, que empregava cerca de 1600 trabalhadores e com bastantes encomendas em carteira, surpreendeu então os trabalhadores, pensando alguns que a administração estava a fazer pressão para receber parte do apoio dos 900 milhões de euros que o governo reservou para o sector automóvel. Isto, a juntar aos 23 milhões de euros de apoios que a empresa já havia recebido. Já em Janeiro, a administração da fábrica decidiu avançar com um processo de *lay-off*, suspendendo durante 6 meses os contratos de trabalho a mais de 500 operários. Ora, estes ficam apenas com 2/3 de um salário já de si bastante baixo.

Autoeuropa

Esta empresa da indústria automóvel, em Setúbal, que também já recorreu em Dezembro a uma paragem na produção, dispensou mais de 250 trabalhadores

temporários, isto é, mais de 8% da força de trabalho da unidade fabril. A empresa exemplar, pelos vistos...

PSA

Sabe-se agora que esta fábrica de automóveis, do grupo Peugeot-Citroen, situada em Mangualde, que emprega cerca de 1500 trabalhadores, vai despedir entre 400 e 600 (cerca de 1/3 da sua força de trabalho) entre os meses de Fevereiro e Março, justificando a medida com a crise no sector automóvel.

Sector têxtil

Em 2009 já encerraram diversas fábricas do sector têxtil, como a Silva & Sistelo, em Rio Tinto, que empregava 150 trabalhadores, e a António João, na Guarda.

A Borgstena, de Nelas, fábrica de componentes têxteis para automóveis, vai despedir cerca de 100 trabalhadores.

Os quase 200 trabalhadores da fábrica têxtil Intipor, de Amares, montaram vigília junto à empresa para evitar que de lá saia a mercadoria sem lhes pagarem os salários em atraso. Perante o protesto dos trabalhadores, apareceu a GNR a proteger a saída do gestor da empresa. Os tra-



balhadores correm risco de desemprego.

Calçado

A Aerosoles, o maior grupo de calçado português, em Aveiro, que emprega mais de 600 trabalhadores (só em Portugal), diz estar sem dinheiro para adquirir a matéria-prima de forma a assegurar as encomendas. E já começou o despedimento de 130 trabalhadores.

A Eccolete, em Santa Maria da Feira, ramo de uma multinacional dinamarquesa, acaba de despedir 180 trabalhadores.

Electrónica

Na Quimonda, sedeada em Vila do Conde, foi aberto um processo de falência que põe em risco 1 800 empregos. Trata-se de uma fábrica de *chips* para computadores, filial de uma multinacional alemã que é a maior empresa europeia do ramo.

CPK

A fábrica de papel, em Cacia, despediu 44 trabalhadores, alegando falta de encomendas.

Cerâmica

Na fábrica de loiça Bordalo Pinheiro, nas Caldas da Rainha, com salários em atraso e em perigo de encer-

ramento, os trabalhadores estão em luta em defesa dos postos de trabalho e pela manutenção da empresa.

Na Obrarte, em Alcobça, com salários em atraso e já encerrada, os trabalhadores protestaram em frente aos Paços do Concelho.

Nas duas empresas, há o risco de 200 trabalhadores perderem os empregos.

Controlinveste

Em Janeiro, este grupo de comunicação social fez um despedimento colectivo envolvendo 122 trabalhadores. O Jornal de Notícias, com 27 trabalhadores despedidos e o Diário de Notícias, com 22, foram dos mais atingidos. Os patrões justificam os despedimentos com a crise no mercado dos média e a quebra de receitas.

Seber

Empresa do sector farmacêutico, com fábrica em Póvoa de Santo Adrião e armazéns em Porto e Coimbra. Encerrou as suas actividades em Portugal, recorrendo ao despedimento colectivo dos 120 trabalhadores, porque o patrão assim o quis – por “desencanto político”.

PG

Direitos ou esmolas?

As pensões e o complemento solidário para idosos

O governo do PS não respeita os direitos de quem trabalha nem os direitos de quem vive das suas pensões, respondendo habitualmente às justas reivindicações de trabalhadores e pensionistas com arrogância e prepotência. Mas, a par disto, a propaganda, a encenação e as preocupações eleitoralistas, que estão sempre presentes na actuação governamental, acabam por se traduzir, muitas vezes, em actos demagógicos; é o caso da atribuição do Complemento Solidário para Idosos.

Como 92,5% dos pensionistas (cerca de 2,6 milhões de pessoas) recebem, no máximo, cerca de 629 euros, uma fraca pensão para fazer face ao elevado custo de vida, e destes ainda são muitos os que apenas recebem cerca de 250 euros mensais (para que dá esta miséria?), o governo, em vez de subir as pensões, concede então



um Complemento Solidário para Idosos. Em vez de respeitar direitos fundamentais do homem, como o direito à alimentação, o governo pratica a caridadezinha. Mesmo assim, para aceder a esta esmola, estão estabelecidas condições tais que poucos a conseguem receber e alguns a rejeitam. Alei impõe que, para a receber, o pensionista tenha recursos inferiores a 4 800 euros anuais, sendo que na contabilidade

destes recursos entram não só os recursos do referido pensionista e os do respectivo cônjuge, mas também, pasme-se, os rendimentos dos próprios filhos.

Até quando governos do capital, como o de Sócrates, continuarão a abusar da nossa paciência, a ditar as suas leis, sem que os trabalhadores e o povo se revoltem a sério e os ponham na rua?

Pedro Goulart

Democracia PS

Duas pequenas histórias

Primeira história.

Sete enfermeiros da Linha Saúde 24 foram recentemente despedidos. No dia 10 de Janeiro, protestaram junto ao edifício onde funciona este serviço. Dizem-se perseguidos por criticarem o mau funcionamento da empresa privada que trabalha articuladamente com o Ministério da Saúde.

Enquanto estes sete trabalhadores eram despedidos, outros 25 eram admitidos para fazer face às necessidades do serviço. Só que,

por acaso (?), quatro dos sete enfermeiros agora despedidos são testemunhas abonatórias da enfermeira Ana Cavaco que, em Outubro passado, havia denunciado o funcionamento caótico da Linha 24 e que, por essa razão, foi processada.

Segunda história.

Num concurso para preenchimento de 26 vagas de técnico administrativo principal do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), um dos métodos de

selecção passava por uma prova escrita em que os candidatos tinham de estudar um texto político do primeiro-ministro, José Sócrates. Trata-se de um texto sobre o "sucesso da iniciativa Novas Oportunidades" e a responsabilidade da introdução deste texto na prova é de Francisco Madelino, presidente do IEFP. Aliás, é bem conhecida dentro e fora do Instituto a vergonhosa subserviência da administração deste em relação ao governo de José Sócrates.

Estas são duas pequenas e vulgares histórias de vida em democracia burguesa.

Carlos Completo

Contra a brutalidade policial

Concentração de protesto no Casal da Boba

Na sequência do assassinato de Edson Sanches, o jovem de 14 anos da Amadora morto por um polícia, gerou-se um movimento de solidariedade que, entre outras coisas, ajudou a família a suportar despesas. Mas além de solidariedade, afirmou a Plataforma Gueto – que fez a denúncia – “é preciso exigir justiça, lutar por ela”, no sentido de “não deixar que esta execução caia no esquecimento” como

sucedeu em casos anteriores (Angoi, Tony, PTB, Tete, Corvo, ...).

Em Portugal, acusou ainda a Plataforma, “a justiça é cada vez mais um privilégio dos ricos” sublinhando que “para os pobres – negros, ciganos, brancos – as autoridades reservam execuções sumárias feitas nas ruas, nas viaturas e esquadras de polícia”.

O caso ocorrido na Amadora, afirmava o mesmo texto, “está a

acontecer por todo o lado”. E daí a interrogação: “Qual será o próximo bairro? O meu? O teu? Quem será o próximo? Eu? Tu?”

Correspondendo ao apelo da Plataforma, secundado por várias organizações, realizou-se no dia 17 de Janeiro uma concentração em frente à 60.^a Esquadra, no Casal da Boba, que reuniu cerca de 200 pessoas.

Plataforma Gueto / MV

Cavaco e as suas prerrogativas

Cavaco Silva promulgou rapidamente, no fim do ano, o decreto regulamentar sobre o regime simplificado de avaliação dos professores, manifestando o seu apoio a esta teimosa e oca medida governamental. Como, aliás, tem dado aval, com raras hesitações, à numerosa legislação antitrabalhadores provinda do governo PS. O mesmo não se passou com o estatuto autonómico dos Açores, onde o PR parece ter descoberto que mexiam nas suas prerrogativas. Aí, Cavaco estrebuchou bastante, mostrando por duas vezes a sua indignação perante a comunicação social. Entretanto, a luta dos professores prosseguiu nas escolas, tendo sido levada a efeito uma greve nacional no dia 19 de Janeiro.

Merecem uma medalha

Os últimos quatro governos PS ou PSD apoiaram a guerra ao Afeganistão. Alinharam na invasão do Iraque, reunindo com Bush nos Açores e autorizando a passagem pelas Lajes de aviões militares. Consentiram os voos com presos para Guantánamo (onde chegaram a estar mais de 700 prisioneiros, com idades entre os 11 e os 75 anos, em condições infra-humanas). Negaram sempre as evidências e recusam-se a investigar o crime. Agora, num gesto de “humanidade”, Luís Amado oferece asilo em Portugal a alguns dos prisioneiros, para branquear os crimes dos EUA e a cumplicidade das classes dirigentes portuguesas. Pelo elevado grau de cinismo, Governo e Luís Amado merecem uma medalha!

PSP agride peões

Várias pessoas agredidas à bastonada por elementos do corpo de intervenção da PSP de Almada durante uma manifestação, no dia 16, vão apresentar queixa contra esta força policial. E tratava-se apenas de uma manifestação/festa de celebração e defesa da nova zona pedonal de Almada, onde participavam diversos jovens acompanhados de crianças!

O Polvo nos CTT

Os tentáculos do Polvo que tinha por cabeça a SLN/BPN estendiam-se a várias empresas bem conhecidas, nomeadamente aos CTT. Quando Carlos Horta e Costa era seu presidente, os CTT participaram num negócio de milhões de euros com a SLN/BPN, relativo à aquisição de viaturas, actualmente a ser investigado. Através de uma adjudicação de favor a um dos tentáculos da SLN, os CTT terão pago pelo fornecimento de viaturas mais 2 milhões de euros do que deviam. Outro negócio dos tempos de Horta e Costa, que também está a ser investigado, é o que diz respeito ao pagamento de comissões na venda de um edifício dos CTT em Coimbra. E o Polvo não acaba aqui!

Greve dos professores

Em 19 de Janeiro, os professores e educadores portugueses levam a cabo uma greve exigindo a suspensão do actual modelo de avaliação; protestando pelo clima de intimidação e ameaça instaurado pelo ME; e reclamando a revisão do Estatuto da Carreira Docente. Numa jornada de reflexão e luta nas escolas, promovida dias antes pela Plataforma Sindical dos professores, participaram milhares de docentes que debateram a continuidade da acção e da luta dos professores e educadores. A adesão à greve foi elevada, tendo, de acordo com informações sindicais, atingido a ordem dos 90%, com muitas escolas paralisadas a cem por cento. No dia 24 de Janeiro teve lugar uma manifestação frente ao palácio de Belém, em Lisboa, que reuniu cerca de 2 mil professores.

Corticeiros em greve

Após decisão em plenário, cerca de 160 trabalhadores das corticeiras Vinicor e Subercor, começaram a 21 de Janeiro uma greve por tempo indeterminado, exigindo o pagamento dos salários em atraso. De salientar as dificuldades com que vivem os trabalhadores: para além dos salários em atraso, já de si baixos, verifica-se que mais de uma dezena de casais trabalham nas empresas em causa.

Debate

A acção nos sindicatos

Foi publicado na página MV – www.jornalmudardevida.net –, em 28 de Novembro, um artigo de Francisco Raposo, “Contra a privatização da recolha de lixo em Lisboa”, em que o autor dava conta da preparação da greve dos trabalhadores da Limpeza Urbana de Lisboa, que decorreu entre 8 e 11 de Dezembro. Martins, ex-sócio do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), enviou um comentário em que perguntava “Porque é que o STML não marcou pelo menos um dia de greve para os restantes trabalhadores da Câmara?” Francisco Raposo responde ao comentário de Martins.

Caro Martins, A resposta à tua questão creio que a poderás encontrar na tua própria pergunta. Mas deixa-me dizer-te, para esclarecimento dos demais leitores do «Mudar de Vida», que esta luta específica está a ser um exemplo de que um sindicalismo diferente – combativo, democrático e de massas – é possível.

Assim, e desde que recolhemos dados sobre a possibilidade de privatização, a Direcção do Sindicato, em estreita colaboração com a Comissão Sindical da Limpeza Urbana, encetou um plano de plenários locais em que foi colocada a questão: que fazer?

Foram os Plenários locais que delinearam os traços gerais da acção, foi o envolvimento directo dos trabalhadores que assegurou que as tentativas de intimidação e desmobilização se gorassem. Dois Plenários Gerais ratificaram as propostas e a Direcção deu corpo à decisão democrática da esmagadora maioria dos trabalhadores. Os dirigentes e delegados não foram mais do que representantes explícitos da vontade colectiva.

Assim, esta greve – e esta luta, uma vez que é possível que a luta não termine amanhã – é um exemplo de que as lutas podem ser construídas a partir das bases e em articulação com as direcções.

Obviamente que muitos dos activistas envolvidos nesta luta têm críticas – e muito sérias críticas – à direcção sindical e, mais difusamente, à direcção do movimento dos trabalhadores. Mas entendem um ponto básico da luta que vêm da história do movimento dos trabalhadores: a unidade é o ponto fundamental para assegurar as melhores condições para uma vitória.

Neste momento, no quadro da realidade concreta do Município de Lisboa, com todas as deficiências e insuficiências que tem – e nas quais, como dirigente, assumo a minha quota-parte de responsabilidade – o STML é a organização de classe

que tem efectivamente defendido os interesses colectivos dos trabalhadores da CML e das Empresas Participadas.

A tendência existente entre alguns sectores de “decretar” a morte dos sindicatos, a criação de estruturas “alternativas”, esconde apenas a incapacidade de alguns em defender sindicatos combativos e democráticos, entre a massa dos associados e no confronto de ideias com as direcções burocratizadas. Este é um fenómeno que percorreu alguns países na Europa e já passou...mas, como em tudo, só agora chegou a este “cantinho à beira mar plantado”.

À medida que a crise global do capitalismo mostra as suas garras, também no movimento sindical sectores consequentes agregam muitos jovens que se iniciam na luta sindical e disputam as lideranças que não oferecem alternativa de luta. Talvez o exemplo mais marcante seja a perda de controlo, por parte do Partido Trabalhista, de 3 dos 5 maiores sindicatos do

Reino Unido: o PCS (serviços Públicos), o RMT (Ferroviários) e o FBU (bombeiros).

Aqui, as batalhas são nos bastidores e, infelizmente, as linhas de força da “oposição” são a “concertação social” e o sindicalismo “de resultados”.

É contra isto que sempre batalhei e continuarei a batalhar: com os activistas críticos e os que assumem a luta de massas e de classe como motor de transformação COLECTIVA da sociedade, partindo de reivindicações económicas mas sem esquecer que qualquer vitória económica dos trabalhadores será sempre efémera enquanto o poder estiver nas mãos do Capital.

Este é um desafio que deixo aos leitores do «MV»: intervenham nos vossos sindicatos, participem, envolvam outros, questionem as direcções quando necessário, organizem a luta, mas defendam sempre, e o mais que puderem, a unidade de acção nos sindicatos.

Francisco d’Oliveira Raposo
Dirigente do STML



Sociólogo e professor universitário, Alan Stoleroff é cidadão norte-americano e português. Faz parte de uma corrente, ainda minoritária, de judeus que combatem o sionismo e que recusam contribuir para a legitimação da ocupação da Palestina e do papel de Israel no Médio Oriente.

Como judeu e cidadão norte-americano como reages à situação que se vive na região?

Em primeiro lugar agradeço a oportunidade de fazer ouvir a minha voz. Acontece que há cada vez mais vozes de Judeus – sobretudo de norte-americanos mas também de europeus – além das habituais como Chomsky, Finkelstein e Falk, a tomarem posições críticas a respeito da ocupação. Há pouco éramos verdadeiramente uma pequena minoria, sobretudo de judeus com posições consequentes e com activismo público contra a ocupação. Éramos rotulados “self-hating Jews” [“judeus auto-odiados”] pela propaganda sionista e pela direita judaica norte-americana. Pode-se ver na Internet a vilipendiação que merecemos destas forças escuras. É uma caracterização que sempre me melindrou e que rejeito. Aliás, faço questão no meu activismo público de identificar-me explicitamente como Judeu para deixar claro que Israel não actua em meu nome e que recuso contribuir para a legitimação da ocupação e do papel de Israel na região. Por outro lado, quero afirmar que a minha postura e oposição frontal à ocupação derivam da minha concepção do que é ser um Judeu a viver correctamente neste mundo pós-Holocausto. As implicações desta afirmação são muitas, mas não quero centrar a conversa sobre esse tema.

Em concreto sobre a situação política...

Respondendo directamente à pergunta, a minha reacção é de repúdio ao rejeicionismo de Israel, isto é, à sua rejeição repetida de todas as oportunidades para obter a sua normalização na região através do fim da ocupação; é de repúdio absoluto dos crimes cometidos sob a ocupação contra o povo palestino. Não só reajo contra Israel enquanto potência bélica e desestabilizadora na região e como bastião do imperialismo em geral na região; considero também que esta estratégia de domínio com base na dissuasão pela força desproporcional é uma estratégia errada para a segurança do Estado de Israel.

A frontalidade da minha posição causa problemas à maior parte dos Judeus norte-americanos que aceitam a narrativa sionista dominante em relação ao estabelecimento do Estado e que culpabilizam os Palestínianos, ignorando e negando o Naqba [“Desastre”, derrota árabe na guerra de 1948] desse povo que tem tantos direitos, senão mais, quanto os Judeus à Terra. Os Judeus em geral têm alguma dificuldade em enquadrar a resistência dos Palestínianos numa perspectiva histórica e só entendem a sua própria justiça. Vejam por exemplo como



reagiram à situação em Gaza; só viram os *rockets* do Hamas, ignorando a miséria que estava a ser exacerbada em Gaza pelo bloqueio e cerco. Temos vindo a alertar todos quanto à guetoização de Gaza ao longo dos últimos anos, mas o mundo não quis saber.

Porquê?

Porque as pessoas em geral dificilmente conseguem relativizar as suas observações do mundo por contextos históricos, sobretudo quando se trata de situações coloniais. Os Israelitas e os Judeus da Diáspora, que não conhecem ou ignoram a história, também ignoram o facto irónico de que os “militantes” de Gaza estavam a lançar *rockets* para as cidades e aldeias do sul donde os seus avós e pais tinham sido expulsos. Faziam isso como acto de auto-afirmação, como um apelo ao mundo, e se entendiam isso ideologicamente como um acto de resistência e de guerra era uma vingança pelo sofrimento histórico e imediato. Tentar explicar esta perspectiva a Judeus em geral e aos norte-americanos, em particular, é muito difícil e não é aceite. Mas temos que fazer esse esforço, sem medo e sem parar, porque os *lobbies* sionistas dos EUA são o apoio fundamental para a política criminosa de Israel e esses *lobbies* dependem do apoio dos Judeus americanos.

De facto, tem havido progresso importante nesse sentido, o qual é evidenciado em parte pela criação de um contra-*lobby* judaico nos EUA que, apesar do seu sionismo moderado, trabalha para uma política mais racional. Veremos com o tempo qual será o seu efeito e como a antiga equipa de Clinton actuará com a administração de Obama no novo contexto da região.

E como te sentes enquanto português?

Como cidadão português insisto em actuar no mesmo sentido. O nosso governo tem uma

Entrevista

“Israel não

influência importante bilateralmente mas especialmente no contexto da União Europeia, e penso que podemos trabalhar para que o nosso governo tenha uma política relevante para acabar com a ocupação e resolver o conflito – que precisa de intervenção saudável de fora. Farei tudo o que posso nesse sentido. Portugal é um país pequeno mas pode ter uma enorme influência.

Nas últimas semanas, houve várias posições públicas de judeus contra Israel. Que importância vêes nisso?

Tem imensa importância pelas razões que já referi e mais algumas. Israel obtém uma certa legitimação na medida em que haja uma identificação do Estado com o povo Judeu que sofreu o Holocausto. Esta identificação, que é muito forte embora escusada, em conjunto com as tendências anti-árabes e anti-islâmicas dos países europeus (apesar da importância dos trabalhadores imigrantes muçulmanos nas suas economias) e interesses parcialmente alinhados com os norte-americanos para o controlo das fontes do petróleo, faz com que Europa siga uma política que, no fim de contas, favorece Israel, e acaba por ser complacente com a ocupação.

E como avalias as manifestações contra a guerra no interior de Israel?

Avalio muito positivamente as manifestações nas cidades e aldeias árabes. Do meu ponto de vista, um dos fenómenos mais importantes nos últimos tempos é a re-emergência da voz dos “árabes israelitas-palestínianos” dentro do Estado de Israel. As suas manifestações contra a agressão

Um dos fenómenos mais importantes nos últimos tempos é a re-emergência da voz dos “árabes israelitas-palestínianos” dentro do Estado de Israel.

em Gaza, lideradas pelo Hadash (partido de esquerda juntando Árabes e Judeus) e os partidos e organizações “árabes-palestínas” foram maciças, eficazes, belas e heróicas. A resistência israelita judaica também foi importante, embora de relativa pequena dimensão. A pequena manifestação dos anarquistas à frente de uma base da Força Aérea teve um simbolismo importante bem como, claro, a recusa dos jovens em servirem no exército, o caso dos *Shiministim*. Foram importantes também as tomadas de posição de alguns jornalistas; destaco Gideon

“Não actua em meu nome”



Levy do Há'aretz. Mas, de facto, ainda não foi suficiente. Houve alguma repressão da oposição e, como já disse, a população israelita está notoriamente cega e anestesiada e manipulada. Há grandes riscos na situação porque não são apenas os fascistas do Partido Yisrael Beitonu que consideram os Árabes Israelitas e o movimento israelita pela paz como uma “quinta coluna”. Portanto tanto o movimento pela paz como o povo palestino precisam e exigem a nossa solidariedade.

Como vencer esses riscos?

Neste momento seria muito produtivo se houvesse uma articulação destes protestos dentro de Israel com a resistência nos territórios ocupados. Há dois ou três dias em Hebron houve uma grande manifestação e na altura pensei que seria muito positivo se, na sequência da criminosa agressão a Gaza, houvesse na Cisjordânia uma revolta de massa, de

desobediência, sem qualquer recurso a armas, que considero verdadeiramente contra-producente como tática, mas com o sentido de um confronto com o exército ocupante. Infelizmente a Autoridade Palestiniana não permite isso. Acho a postura da AP um grande erro estratégico que também não a vai beneficiar em posteriores negociações com Israel nem nas suas relações com o Hamas.

Os protestos em Portugal foram escassos para a importância da situação. Como interpretas isto?

Ai, isso é difícil. Oiço os activistas experientes dos vários movimentos contra guerra e o imperialismo dizerem constantemente como é difícil mobilizar os portugueses para acções de solidariedade internacional, sobretudo quando não se sintam implicados na situação, como foi o caso do Timor. É verdade, as manifestações em Portugal foram escassas. Os portugueses

sentem-se pouco implicados na situação, e há muitos argumentos eficazes para atenuar a indignação moral das pessoas, mesmo aquelas que de facto conseguiram testemunhar minimamente a atrocidade humana que foi o ataque a Gaza. Quanto muito, foi mais um espectáculo televisivo de barbaridade humana, cujo saco está sempre a reabastecer-se.

O que falta fazer para alterar este estado de coisas?

A situação é complexa. Mesmo amigos meus progressistas recusaram tomar posição, e não entendem o meu empenho enquanto Judeu, tanto porque sobrevive alguma simpatia para com os Judeus que se identificam com Israel, como porque responsabilizam pela situação o Hamas, que consideram um movimento reaccionário islamista fanático que provocou Israel. Não foram convencidos pelos meus argumentos quanto ao bloqueio, quanto às raízes históricas da violência, nem ouviram as minhas revelações quanto ao planeamento deliberado do ataque por Israel, nem as minhas explicações sobre a degeneração da trégua. Só ouviam a demonização do Hamas. Pronto, há alguma lógica nesse raciocínio. Já sabemos o que acontece e pode acontecer quando um movimento islamista reaccionário obtém o poder, e de facto ninguém deveria ter ilusões quanto ao que o Hamas poderá representar. Mas, por um lado, foi o próprio Israel que conduziu o Hamas para a posição onde está agora, pela sua política estúpida durante a primeira Intifada, de que alguns agentes mais inteligentes já se arrependem. Por outro lado, a barbaridade das reacções israelitas, que no pensamento hegemónico militar é vista cínica e funcionalmente como “dissuasão”, só aumentou o ódio contra Israel e dificultou a resolução do conflito.

Que saldo se pode fazer de mais este morticínio?

Israel não atingiu os objectivos quanto ao Hamas, mas acho que os seus verdadeiros objectivos foram semear medo da sua reacção ao “terrorismo”. Uma pacificação obtida desta forma não será duradoura e terá efeitos perversos terríveis. A única esperança de uma saída qualquer do marasmo da situação é o fim da ocupação, a unidade palestiniana, a negociação com todas as forças representativas do Povo Palestino e a criação de um Estado Palestino.

Acabo dizendo que a nossa solidariedade com a Palestina é mais importante que nunca e nunca deveremos deixar questões secundárias interferir com a nossa unidade nesse esforço.

Manuel Raposo

Governo esconde sub-financiamento crónico

O buraco financeiro no Serviço Nacional de Saúde

Um dos aspectos mais curiosos no debate do Orçamento de Estado para 2009 foi o aparente desconhecimento, por parte do Governo, do défice no Serviço Nacional de Saúde (SNS). A ministra Ana Jorge, quando questionada, meteu os pés pelas mãos até acabar por reconhecer que de facto desconhecia o seu valor exacto.

O secretário de estado Francisco Ramos, à boa maneira dos mentirosos quando não querem responder, atirou aos deputados com uma graça: «é só fazer as contas». Sabendo de antemão que elas não podem ser feitas por não ser público o valor de algumas das parcelas da soma. Chegariam apenas estes pormenores para demonstrar que o orçamento para 2009 é uma ficção criada e mandada aprovar por Sócrates.

Agora o secretário de estado tira mais um coelho da cartola. Vai activar o Fundo de Apoio aos pagamentos do SNS. O capital passa a ser usado para conceder empréstimos aos hospitais que vão passar a pagar juros. Ou seja, vai haver recurso a crédito bancário e as despesas que deveriam ser arcadas pelo orçamento actual passam para orçamentos futuros. O tamanho real do «buraco financeiro» do SNS continuará uma incógnita para os portugueses mas não, obviamente, para o governo. Simplesmente a sua revelação mostraria o sub-financiamento crónico do SNS. E é exactamente isso que o governo não quer que seja público.

Nas palavras do Governo, a saúde dos portugueses está em primeiro lugar, mas nas acções e no financiamento ela sai sempre a perder. Basta ver que o aumento de dotações estabelecido no orçamento para 2009 fica abaixo do valor previsto para a inflação. Ou seja o «buraco» vai aumentar ainda mais. Esta falta de dinheiro, na lógica economicista do governo, justifica tudo. Justifica o encerramento de serviços, o encurtamento dos horários de funcionamento, a redução até níveis mínimos dos



prestadores de cuidados, a dispensa de trabalhadores. Segundo dados do Ministério das Finanças, entre 2005 e o final de 2007, o Ministério da Saúde perdeu 12 688 funcionários. Muitos médicos e enfermeiros migraram para o sector privado, que oferece agora melhores remunerações e condições de trabalho. É bom não esquecer que o crescimento dos hospitais privados e do mercado dos seguros de saúde se tem vindo a fazer à custa da degradação e do esvaziamento do sector público. Em nome desta política de contenção de custos, muitas localidades do interior estão hoje sem serviços de saúde, o Instituto Nacional de Emergência Médica continua a deixar morrer gente sem socorro e espera-se e desespera-se em «listas de espera» infundáveis por cirurgias simples. É por causa desta política que os gastos em saúde para os doentes aumentaram. Não apenas em termos de taxas moderadoras mas até pelas alterações introduzidas nas comparticipações de medicamentos e nos exames complementares de diagnóstico. Os portugueses em geral continuam a não ter um acesso digno aos cuidados saúde e são na maior parte das vezes atendidos em instalações que nada ficam a dever às de países subdesenvolvidos. Ora tudo isto acontece com a desculpa da falta de dinheiro.

Mas se o dinheiro falta para manter os serviços a funcionar decentemente não tem faltado para gastar em estudos de consultadoria e gestão encomendados sempre aos mesmos do costume. O Estado gastou 134 milhões de euros em consultadoria no ano de 2007. De todos os ministérios, o da Saúde foi o que maior crescimento destes gastos registou.

Os resultados destas políticas estão à vista de todos. A qualidade dos serviços de saúde em Portugal degradou-se aceleradamente nos dois últimos anos. Basta ler relatórios como os da insuspeita *Health Consumer Powerhouse*.

Quando se vê um governo injectar dinheiro nos bancos dos ricos especuladores para os salvar da falência ou preparar-se para investir milhões em obras faraónicas é bom que os portugueses saibam que para a saúde continua a não haver dinheiro. E que para pagarem as suas dívidas os hospitais vão agora contrair crédito e passar a pagar juros.

Pode até nunca se vir a saber o tamanho do «buraco financeiro» do Serviço Nacional de Saúde, mas uma coisa é certa: este governo fez a sua opção de classe. Optou por ajudar os ricos e deixar os pobres entregues à sua sorte. O que se passa no sector da saúde é apenas um exemplo. Há mais.

Ismael Pires

Em defesa do emprego na Euronadel

A Euronadel, uma fábrica de agulhas para a indústria têxtil, situada na Abóboda, Cascais, através do director-geral e da gerência, informou os trabalhadores e a comunicação social que ia iniciar um processo de despedimento colectivo dos 182 trabalhadores da empresa. A multinacional, que tem vindo a deslocalizar a produção para outras unidades, está a tentar aproveitar a crise para liquidar a produção nesta fábrica. Os trabalhadores, que estão dispostos à luta para defender os seus postos de trabalho, concentraram-se, dia 3 de Fevereiro, junto ao Ministério da Economia, onde reclamaram ser recebidos pelo ministro.

Moradores lutam por um novo Centro de Saúde

Os moradores de Ramada, Odivelas, desde 2003 que lutam por um Centro de Saúde para a sua freguesia, a maior do concelho de Odivelas. Numa acção reivindicativa, em 31 de Janeiro, promovida pela Comissão Pró-Centro de Saúde e pela Junta de Freguesia de Ramada, participaram cerca de meia centena de moradores que, para além de outras medidas a adoptar, decidiram solicitar ser recebidos de urgência pela Ministra da Saúde. Será que estas questões não fazem parte das apregoadas medidas de protecção social do governo de José Sócrates?

Desemprego em Alcanena

Cerca de 100 trabalhadores da centenária fábrica de curtumes Constantino Mota, em Alcanena, vão pedir a suspensão dos seus contratos de trabalho, depois de a administração da empresa ter decidido pedir a insolvência. Além das elevadas dívidas à Banca, à Segurança Social e aos fornecedores (perto de 9 milhões de euros), a empresa ainda deve dois meses de salários aos trabalhadores que, neste momento, estão a passar por grandes dificuldades económicas.

Noruega: comboios param por Gaza

No dia 8 de Janeiro, num exemplo de solidariedade, todos os comboios na Noruega, e todos os eléctricos e o metropolitano de Oslo, pararam por dois minutos em protesto contra a invasão israelita de Gaza. O sindicato divulgou a seguinte informação aos passageiros: "Devido à situação em Gaza, o Sindicato dos Maquinistas da Noruega decidiu manifestar a nossa solidariedade com o povo palestino. O protesto consiste em acrescentar mais dois minutos de paragem na estação. A mesma acção vale para todos os comboios de passageiros da Noruega simultaneamente. Exigimos a imediata retirada de todas as tropas israelitas do território palestino. Obrigado pela vossa compreensão."

Detidos 8 bascos

O Estado espanhol, através do juiz Baltasar Garzon, colocou em "detenção preventiva" 8 militantes independentistas que procuravam formar uma lista concorrente às eleições locais de 1 de Março. Segundo Garzon, os factos apontados aos 8 militantes "poderiam constituir um delito de participação em organização terrorista". Dada a ilegalização do Batasuna, as duas novas organizações independentistas que pretendem concorrer às eleições no País Basco são a Askatasuna (Liberdade) e D3M (Democracia 3 milhões). A engenharia jurídica do "democrático" Estado espanhol está a tentar retirar qualquer hipótese de luta legal aos independentistas bascos.

Brasil concede asilo a Cesare Battisti

O governo brasileiro deu asilo político a Cesare Battisti, cuja extradição era pedida pelo estado italiano, que lhe move perseguição política. O ministro brasileiro da Justiça justificou a concessão do asilo com "um fundado temor de perseguição". Cesare Battisti foi militante, na década de 70, da organização política italiana Proletários Armados para o Comunismo e, em Junho passado, apresentara um pedido de refúgio ao Comité Nacional para os Refugiados.

Gaza e o gueto de Varsóvia

Breve inventário de analogias



A invasão de Gaza pelo exército israelita reproduz uma série de padrões de procedimento bem conhecidos noutros genocídios do passado.

Gaza é a maior prisão existente a céu aberto, cercada por todo o tipo de muros, com um milhão e meio de habitantes, quase todos sem emprego e quase todos dependentes da ajuda alimentar da ONU. Os israelitas criaram o inferno de Gaza e agora dizem que ele resulta da incapacidade dos palestinos para se organizarem. No gueto de Varsóvia chegou a viver meio milhão de pessoas, também elas cercadas por um muro com 18km de comprimento. Várias famílias foram empilhadas na mesma casa, com alimentação deficiente e condições de higiene indescritíveis. Depois de criarem as condições para o descalabro, os nazis filmaram e fotografaram a vida no gueto, para mostrar como os Judeus eram "sujos" e constituíam um risco de epidemias.

Durante um certo período, a economia israelita utilizava os territórios ocupados como reserva de mão-de-obra barata, até que os atentados começaram a vir com os trabalhadores. Aí passou-se a importar cada vez mais imigrantes doutros países.

Do mesmo modo, os responsáveis nazis no Governo Geral da Polónia utilizaram até certa altura a mão-de-obra barata dos guetos. É famosa a discussão entre os nazis "produtivistas", que pretendiam continuar a explorar essa mão-de-obra, e os "atricionistas", que pretendiam liquidar os guetos e deportar os seus habitantes. Também aí foram os "atricionistas" a prevalecer. Acusa-se os palestinos de criarem uma rede de túneis destinados ao contrabando de armas a partir do Egipto. Por esses túneis passa algum armamento, mas passam essencialmente comida e medicamentos. Ao prepararem-se para a insurreição do gueto, as organizações judias escavaram milhares de *bunkers* subterrâneos. Após a derrota, a via de fuga utilizada foi a rede de esgotos.

Os palestinos abandonados pela comunidade internacional combatem com morteiros artesanais, fabricados em suas casas a partir de adubos químicos. Os combatentes judeus do gueto de Varsóvia, quase totalmente abandonados pela resistência nacionalista polaca, fabricavam em suas casas cocktails Molotov e bombas artesanais.

Atribui-se ao Hamas a intenção maquiavélica que fazer morrer as

crianças palestinas para ter muitos trunfos na sua agitprop internacional. Também a população judia do gueto constantemente enviava as suas crianças ao lado cristão de Varsóvia, com risco de vida, para levar mensagens ou fazer contrabando. Afirma-se que o Hamas (como em 2006 o Hezbollah) se mistura com a população para a utilizar como "escudo humano". Mas os insurrectos do gueto de Varsóvia viveram e combateram até ao fim no meio da população que queriam defender.

Nos territórios ocupados, os israelitas destroem as casas palestinas com *bulldozers* e com artilharia pesada. No gueto de Varsóvia, os nazis destruíam-nas com lança-chamas e com artilharia. Num caso e noutro, levava-se a cabo uma limpeza étnica e um genocídio.

Não é por acaso que em 2002 o exército israelita distribuiu aos seus quadros, como verdadeiro breviário para a acção contra os palestinos, o relatório do general das SS Jürgen Stroop, que comandou a destruição do gueto. Em Fevereiro de 2008, o vice-ministro da Defesa israelita Matan Vilnai avisou que Israel iria fazer cair sobre Gaza um verdadeiro "Holocausto".

E está a cumprir a ameaça.
António Louçã

Grécia insurrecta

O sinal da revolta dos pobres e das classes trabalhadoras

Em Dezembro último, milhares de manifestantes protestaram contra a polícia em mais de uma dezena de cidades da Grécia, e até fora do território grego, nas representações diplomáticas em Londres, Berlim e Paris. Centenas de lojas, agências bancárias e viaturas foram destruídas ou danificadas com pedras e bombas incendiárias em todo o país. Esquadras de polícia foram atacadas. Dezenas de polícias foram feridos.

A indignação generalizada contra as forças repressivas cresceu poucas horas após o assassinato pela polícia, em Atenas, de um jovem de 15 anos, Alexandros Grigoriadis.

O funeral transformou-se igualmente numa grande manifestação de protesto, com mais de 2 mil pessoas presentes no cemitério.

Professores e estudantes encerraram as escolas e desfilaram, juntamente com pais, numa manifestação em Atenas. Entretanto, os sindicatos marcaram uma greve geral de 24 horas, juntando os trabalhadores aos protestos.

Os protestos explodiram desta maneira generalizada e violenta em reacção à política de direita levada a cabo pelo governo de Costas



Karamanlis que, como entre nós, é marcada por casos repetidos de corrupção, ataques aos direitos dos trabalhadores, alteração para pior do regime de pensões, privatização de serviços públicos. Em consequência, 20% dos 11 milhões de gregos vive abaixo da linha de pobreza, 8% dos trabalhadores estão desempregados e entre os jovens de 20 a 25 anos o desemprego atinge quase os 23%.

Atribuídos sobretudo a “jovens anarquistas”, os protestos espelham de facto a revolta da população grega, que assim se manifesta farta da política de Karamanlis.

Pressentindo que não iria debelar os protestos facilmente, o Governo fez um apelo à oposição para, juntos, encontrarem uma resposta para a crise. Num primeiro momento, o PASOK (Partido Socialista), a maior força da oposição, exortou os manifestantes a pararem a violência e a criticarem o governo de direita, numa tentativa

óbvia de capitalizar os protestos. Mas, diante da persistência e alastramento da revolta, a oposição teve de rejeitar as propostas de “união nacional” feitas pelo Governo, passando a exigir eleições antecipadas.

Classificando os manifestantes de “inimigos da democracia” e de “extremistas”, o Governo indignou-se também com o facto de as duas principais centrais sindicais terem marcado uma greve geral, decisão esta que reforçou os protestos de rua com a paralisação dos trabalhadores. A Grécia parou mesmo por 24 horas e uma grande manifestação de trabalhadores teve lugar em Atenas.

O argumento do governo de que “não deve haver confusão entre a luta dos trabalhadores e a morte do jovem” caiu, assim, em saco roto. Na verdade não houve nenhuma confusão – houve sim ligação e solidariedade.

Urbano de Campos

Iraque: qual vitória?

A propósito das eleições locais iraquianas realizadas em 30 de Janeiro – que a imprensa fiel ao dono norte-americano elogiou como mais uma “vitória da democracia” – o jornal *The Nation* (EUA) publica um artigo de John Tirman (director executivo do Centro de Estudos Internacionais do MIT) que lembra, com base em números indesmentíveis, o resultado dos 6 anos de ocupação do Iraque: 4,5 milhões de desalojados, 1 a 2 milhões de viúvas, 5 milhões de órfãos, 1 milhão de mortos. De um modo ou de outro, lembra o autor, um em cada dois iraquianos foram atingidos. “Será difícil”, comenta J. Tirman, “descrever isto como uma vitória seja de que tipo for”.

Crise gera onda de chauvinismo

A crise económica está a gerar, entre os trabalhadores dos diversos países, reacções nacionalistas e de rejeição dos imigrantes. Nos EUA os alvos são sobretudo os trabalhadores de origem latina, e também crescem os ataques racistas. No Reino Unido, centenas de trabalhadores têm-se manifestado contra italianos e portugueses que trabalham nas refinarias do norte do país, exigindo prioridade de emprego para os nacionais britânicos. Na Islândia, levada à bancarrota, igualmente os estrangeiros, portugueses nomeadamente, foram hostilizados. Factos que mostram a importância de travar um combate ao nacionalismo que divide as classes trabalhadoras e que as torna instrumentos do capital em crise.

Contra a guerra

Por todo o mundo, o apoio à população palestina vítima do ataque israelita mobilizou milhões de pessoas em vagas sucessivas ao longo das 3 semanas de guerra. Não apenas nos países árabes e muçulmanos, muitas das acções reuniram enormes multidões em muitas localidades de cada país. Em Espanha, para citar um exemplo próximo, só nas primeiras duas semanas de guerra saíram à rua mais de 350 mil pessoas em mais de vinte localidades.

“Madame Boutin, deixe-se de tretas”

Luta pela habitação em França

Todos os Invernos voltam as palavras dos políticos sobre as mortes dos sem-abrigo. O então candidato às presidenciais Nicolas Sarkozy declamava com grande convicção que, caso fosse eleito, mais ninguém seria obrigado a dormir na rua num prazo de dois anos. Passado este tempo somos forçados a constatar que ainda se morre nas ruas das grandes cidades francesas...

Ainda que estejamos habituados a estas ladaínhas políticas, este ano a irresponsabilidade associou-se à demagogia nas declarações da Ministra da Habitação. Boutin, sempre generosa em boas ideias, emitiu a possibilidade de, sob intenso frio, todos os sem-abrigo serem colocados em locais aquecidos, e pela força quando necessário...

Perante estas intenções, as associações que defendem o direito à habitação denunciaram uma visão irrealista, e particularmente perigosa. Instaurar esta lei seria o mesmo que retirar o inalienável direito à livre escolha e, pior, levaria os sem-abrigo a esconder-se cada vez melhor, cada vez mais longe, a tornar mais difícil o apoio que as associações procuram dar-lhes.

Uma destas associações, a DAL (*Droit au Logement*, Direito à Habitação), pagou bem caro o seu activismo e a sua capacidade de trazer o debate sobre a matéria para a praça pública, ao ser condenada a pagar 12 000 euros por uso ilegal da via pública durante o acampamento de 250 pessoas que pernoveram sob oleados na rua de la Banque no ano passado.

Condenar a DAL é pôr em causa o seu equilíbrio financeiro frágil mas é, sobretudo, uma tentativa de dissuasão para prosseguir a sua actividade por via de sanções económicas. Contudo, o efeito da multa foi o de trazer para a rua os indignados e de retomar o acampamento da rua de la Banque (*consulte o sítio da DAL, <http://www.globenet.org/dal/>*).

Não é de frio que se morre na rua, é de miséria social, dizia um artigo no *Le Monde* de 4 de Dezembro último; ao intervir deste modo, não temos dúvida, o governo francês contribui para que se passe a um nível superior desta miséria.

François Pechereau

Na tradução do título não é possível manter a palavra de ordem, «Madame Boutin, arrête ton baratin».

França: greve geral

A greve geral em França, a 29 de Janeiro, promovida pelos principais sindicatos, protestou contra o desemprego (já este ano foram despedidos mais de 100 mil trabalhadores), contra o ataque aos serviços públicos e contra o dinheiro gasto para salvar os grandes empresários e banqueiros (lá como cá), em detrimento de quem vende a sua força de trabalho. Na greve participaram muitos milhares de trabalhadores dos transportes públicos, dos aeroportos, das escolas e universidades, dos hospitais e correios, da indústria automóvel, dos bancos, rádios e televisões. Numerosas manifestações realizaram-se por todo o país, envolvendo cerca de um milhão e meio de trabalhadores.

Rumo a uma sociedade nazi?

É conhecido como nos "democráticos" EUA há regras tão rígidas para determinadas questões – já não falando na perseguição a comunistas e a "terroristas" – que tornam o dia a dia dos cidadãos verdadeiramente irrespirável. São numerosos os exemplos por todo o país, desde o aparelho de estado às empresas, mas há uma empresa que se esmera nas regras. A *Clarian Pledge* promete rescindir os contratos aos seus trabalhadores fumadores, hipertensos, obesos ou que tenham os níveis de glucose ou colesterol elevados. Não, seguramente, pela saúde de quem trabalha, mas pela saúde da empresa.

Itália: indiano queimado vivo

Um imigrante indiano de 35 anos foi espancado e queimado vivo numa estação de comboios nos arredores de Roma, ficando em estado muito grave. Foi atacado por um grupo de indivíduos que o agrediram, o regaram com gasolina e lhe pegaram fogo. A hipótese posta pela polícia de se ter tratado de roubo só pode ser vista como uma tentativa de disfarçar a natureza fascista do ataque. Com efeito, os agressores iam munidos de uma garrafa com gasolina, o que revela a premeditação do acto.

EUA Operários ocupam fábrica em protesto contra encerramento

Os 260 operários da fábrica de janelas e portas *Republic Windows and Doors*, em Chicago, ocuparam a fábrica no dia 6 de Dezembro depois de terem sido notificados pelos patrões de que a empresa seria encerrada dentro de três dias. A razão que os patrões invocaram foi a suspensão pelo *Bank of America* da linha de crédito à indústria.

Por turnos, dezenas de trabalhadores, membros do sindicato nacional independente *United Electrical, Radio and Machine Workers of America*, mantiveram guarda no interior da fábrica, em protesto contra o facto de não terem sido notificados com os 60 dias de antecipação previstos na lei e reclamando que lhes pagassem o que lhes era devido. Os operários são, na maioria, de origem mexicana, e ainda negros, salvadorenhos e hondurenhos. A ocupação pôs em evidência que os milhões de dólares entregues pelo Estado ao sector financeiro não significam um apoio aos trabalhadores ou à maioria da população.



Conforme fez notar o sindicato, o *Bank of América* beneficiou recentemente de uma injeção de 25 mil milhões de dólares de fundos públicos "e agora é um exemplo de como, enquanto se resgatam os grandes bancos, os trabalhadores são despedidos sem receber os salários".

Talvez pelo facto de a luta se poder tornar um símbolo para todo o país, sectores da classe dirigente norte-americana sentiram a necessidade de manifestar apoio à exigência dos

operários, nomeadamente membros do parlamento federal, senadores, o governador do Illinois e o próprio Barack Obama. Inclusive, o governo estadual exerceu pressão para que o banco revisse a sua posição.

O caso não é para menos, pois em cada mês que passa os despedimentos contam-se por centenas de milhares, criando condições para que as tensões sociais e, portanto, a luta de classes se agudizem.

La Jornada / MV

Bolívia e Venezuela cortam relações diplomáticas com Israel

Exemplo de como isolar internacionalmente o estado israelita

Depois de a Venezuela ter expulsado o embaixador israelita no dia 6 de Janeiro, também o presidente boliviano Evo Morales deu a conhecer, no dia 14, o corte de relações diplomáticas da Bolívia com Israel, dizendo que ia pedir ao Tribunal Penal Internacional para acusar os responsáveis israelitas de genocídio. Dois exemplos que contrastam com a postura cúmplice das autoridades portuguesas diante do massacre.

Perante o corpo diplomático, Morales afirmou que o ataque israelita é uma ameaça séria à paz mundial. Disse ainda que devia ser retirado a Shimon

Peres, presidente de Israel, o Prémio Nobel da Paz dadas as suas responsabilidades na invasão. O presidente boliviano criticou ainda o que chamou "Conselho de Insegurança" das Nações Unidas pela frouxidão da sua resposta aos acontecimentos e pediu à Assembleia-Geral da ONU que condene a invasão. Por sua vez, a Venezuela, quando expulsou o embaixador e o pessoal diplomático israelita, reafirmou "a sua vocação de paz e a sua exigência de respeito pelo Direito Internacional" e manifestou a "solidariedade sem limites do povo venezuelano ao heróico povo palestino". O governo venezuelano deu ainda instruções à sua missão na ONU para que, juntamente com

outros governos, exerça pressão para que o Conselho de Segurança aplique medidas urgentes para pôr termo à invasão.

As declarações tomadas públicas acusam Israel de cometer "flagrantes violações do Direito Internacional" e de "utilização planificada do terrorismo de Estado" contra os palestinianos. O porta-voz venezuelano acusou ainda, frontalmente, o governo de George W. Bush de estar por detrás da ofensiva israelita e manifestou a disposição da Venezuela de estabelecer uma ponte aérea com Gaza em resposta à obstrução, da parte israelita, ao auxílio humanitário e à acção da Cruz Vermelha.

Manuel Raposo

Mercado de trabalho dos EUA perde 500 mil empregos por mês

Ganha forma um movimento para criar assembleias populares e alianças de comunidades laborais com a finalidade de alargar a luta e unir os vários movimentos numa frente comum.



Em 26 de Janeiro, 11 das grandes empresas dos EUA anunciaram um montante de 60 mil despedimentos só num dia. Caterpillar, 20 mil (18% da força de trabalho). Home Depot, 7 mil (34%). Sprint Newtel, 8 mil (13%). Pfizer, 8 300. Texas Instruments, 3 400 (12%). IBM, 2800. Etc.

Todas juntas, as grandes empresas dos EUA anunciaram mais de 170 mil despedimentos nas primeiras quatro semanas deste ano, mas centenas de milhares mais são esperados quando o governo publicar as estatísticas de Fevereiro.

À medida que os trabalhadores perdem os rendimentos, crescem as faltas de pagamento de hipotecas, dos cartões de crédito e dos empréstimos. Estima-se que 8 milhões de famílias percam as suas casas nos próximos 4 anos. Cresce assim o crédito mal parado nos bancos. A crescente crise dos trabalhadores agrava a crise financeira dos banqueiros.

Governo corre a salvar os bancos

Até agora, 700 mil milhões de dólares foram oficialmente destinados à crise financeira. Mas a deterioração rápida da economia leva economistas e juristas a falar na necessidade de injectar nos bancos um bilião de dólares — em dinheiro.

Neste momento, o mercado de trabalho perde regularmente mais de 500 mil empregos por mês. E as perdas no sistema bancário estão a ser muito maiores do que o esperado. Uma situação reforça a outra. A discussão que se trava sobre a “nacionalização” dos bancos é um sinal da sensação de perda de controlo sobre o sistema. Antes da crise, ninguém ousaria avançar esta ideia. O termo “nacionalização”

não pertencia ao vocabulário da sociedade burguesa dos EUA. Mas a crise forçou sectores da classe dominante a admitir o impensável.

O objectivo é usar a nacionalização para salvar as empresas da ruína, tomar conta delas temporariamente, pô-las de novo a render e devolvê-las então aos patrões. É uma forma de reforçar o sistema de exploração quando alguns dos seus aspectos fraquejam.

Está na hora de responder

Dia após dia, os trabalhadores são atingidos por uma desumana onda de despedimentos e penhoras.

Qual é a verdadeira urgência que pede atenção imediata? É o facto de dezenas de milhões de trabalhadores e suas famílias estarem a ser rapidamente encostados à parede pela crise económica. As tensões sociais crescem. Homicídios e espancamentos racistas aumentam, especialmente pela polícia. Detenções de pobres multiplicam-se à medida que mais trabalhadores são levados a cometer delitos para sobreviverem. O bode expiatório dos trabalhadores imigrantes cresce sob o impacto da crise.

Para as classes trabalhadoras, a única via de saída desta crise é organizar uma resposta massiva. Ganha forma um movimento para lançar assembleias populares e alianças de comunidades laborais com a finalidade de alargar a luta unindo os vários movimentos numa frente comum.

Este é o primeiro passo essencial para os trabalhadores e oprimidos colocarem as suas necessidades na ordem do dia, à frente da agenda dos bilionários de Wall Street.

Fred Goldstein (adaptado de *Workers World*)

“Ensinaram-me a não roubar...”

A embaixada de Israel na Grécia enviou em Dezembro a Theodoros Pangalos, deputado grego, três garrafas de vinho como presente de boas-festas da parte do embaixador Ali Giachia. Pangalos devolveu o presente

com a seguinte carta:

“Caro Senhor Embaixador: Obrigado pelas garrafas que me enviou. Desejo a si, à sua família e a todas as pessoas da embaixada um feliz ano novo. Saúde e prosperidade para todos. Infelizmente, reparei que o vinho que me enviou foi produzido nos Montes Golã. Desde criança que me ensinaram a não roubar e a não aceitar coisas roubadas.

Por isso, não posso aceitar o presente e tenho de devolvê-lo. Como sabe, o seu país ocupa ilegalmente os Montes Golã que pertencem à Síria, de acordo com a lei internacional e com numerosas decisões da comunidade internacional.

Aproveito a oportunidade para expressar a minha esperança de que Israel encontre segurança dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas e que as actividades terroristas do Hamas ou de quem quer que seja contra o território de Israel sejam travadas e tornadas impossíveis, mas também espero que o seu governo cesse de praticar a política de punição colectiva que foi aplicada em escala maciça por Hitler e os seus exércitos.

Ações como as que as tropas de Israel estão a levar a cabo lembram-me os holocaustos do povo grego tais como em Kalavrita ou Doxato ou Distomo e sem dúvida no gueto de Varsóvia. Permita-me, com estes pensamentos, que expresse os meus melhores votos para si, para o povo israelita e para todo o povo da nossa região do mundo.”

Tribunal-Iraque / MV

DITO

O que é “segurança nacional”? É ter bases militares por todo o mundo ou ter cuidados de saúde e empregos?

Howard Zinn
historiador norte-americano